

Introdução

O objetivo deste artigo é mapear os estudos e pesquisas sobre o desenvolvimento, revelando os confrontos teóricos e metodológicos entre as principais perspectivas de análise. O objetivo proposto supõe a existência de um campo de estudos que possui um objeto de investigação particular, além de teorias, métodos e conceitos construídos para lidar com problemas de pesquisa específicos: os estudos do desenvolvimento se voltam particularmente para a investigação dos “processos de reprodução e transformação sociais dos países em desenvolvimento, em conjunto com os fatores internacionais que influenciam tais processos” (Martinussen, 2005 [1995], p. 4; tradução própria).

Obviamente, a preocupação com o processo de desenvolvimento antecede a formação desse campo e, portanto, não se restringe a ele. Em confronto com os neoclássicos de seu tempo, preocupados fundamentalmente com o equilíbrio na alocação de recursos pelo mercado, o economista alemão, Joseph Schumpeter (1997 [1912]), colocava maior ênfase sobre os fatores de desequilíbrio do sistema econômico, especialmente os agentes produtores de inovações, que produziam transformações na utilização dos fatores produtivos. Daí, a distinção entre desenvolvimento, resultante de inovações relacionadas com a introdução de novas técnicas de produção, novos produtos ou novas maneiras de

organizar as relações de produção, por um lado, e crescimento, que tem a ver simplesmente com o aumento da capacidade de produção, por outro.

É verdade que os estudos do desenvolvimento se apropriaram dessa distinção, concebendo o desenvolvimento como um processo que envolve profundas transformações estruturais e, ao mesmo tempo, distanciando-se da teoria neoclássica e sua problemática do equilíbrio e eficiência na alocação de recursos. Ainda nesse viés – das origens teóricas do campo de estudos do desenvolvimento – nunca é demais ressaltar a importância que tiveram os autores clássicos das ciências humanas (Martinussen, 2005, p. 19-30). Ao mesmo tempo, esse campo de estudo propõe uma nova mirada sobre o fenômeno. Nele, o desenvolvimento é frequentemente concebido como um processo *multidimensional*, que não se esgota em seu aspecto econômico. Ademais, as escolhas metodológicas propostas geralmente circunscrevem os objetos de investigação aos países incluídos sob o que se convencionou chamar de “Terceiro Mundo” (com enfoque ora sobre os aspectos que os assemelham ora sobre os aspectos que os diferenciam), tomados, em seu conjunto, como *qualitativamente* distintos dos países avançados.

A formação do campo dos estudos do desenvolvimento ocorreu nas décadas de 1940 e 1950, concomitantemente ao processo de descolonização nos continentes africano e

asiático, ao início da Guerra Fria, que ensejou as disputas geopolíticas entre as grandes potências (e resultou na divisão tripartite do mundo), e às mudanças no sistema econômico mundial em decorrência da Grande Depressão e da Segunda Guerra Mundial. Sua problemática fundamental residia em explicar as diferentes experiências de desenvolvimento entre os países ora industrializados e aqueles que então se desligavam dos laços coloniais ou que, já deles desligados, passavam por transformações resultantes de mudanças na vinculação à economia mundial (caso de alguns países latino-americanos) (Valenzuela e Valenzuela, 1978). Embora se assemelhem em termos da problemática, os estudos no campo divergem enormemente no que se refere à conceituação do fenômeno (o que é desenvolvimento?), à concepção da natureza e dinâmica do desenvolvimento (como entender o processo, as causas do atraso, as condições de mudança, o papel dos atores etc.), aos métodos de investigação (ex.: unidade de análise) e às estratégias para intervenção (qual é o papel do Estado ou da sociedade civil?).

Entre as décadas 1950 e 1970, os principais embates no campo se davam entre três perspectivas: a *teoria da modernização*, o *estruturalismo cepalino* e a *análise da dependência*. Na década de 1980, duas outras perspectivas emergiram (ou ganharam força) em resposta às dificuldades daquelas em lidar com a crescente diferenciação entre os países do Terceiro Mundo, quando alguns países do Leste Asiático, especialmente Coreia do Sul e Taiwan, deixaram para trás os países relativamente mais desenvolvidos da América Latina (Argentina, Brasil e México) em termos de diversos indicadores

econômicos, sociais e culturais. São elas: a *perspectiva centrada no Estado* e a *perspectiva neoliberal*. Por fim, gostaria de destacar alguns estudos que propõem uma nova abordagem do fenômeno do desenvolvimento em face das mudanças ocorridas no cenário econômico e político internacional a partir das décadas de 1970 e 1980, relacionadas com o fenômeno da transnacionalização do capital e com a emergência de uma nova estrutura de regulação das relações comerciais e financeiras internacionais e de proteção à propriedade intelectual.

A perspectiva da modernização: a oposição entre o tradicional e o moderno

A teoria da modernização surgiu dos esforços de pesquisadores de diversas disciplinas acadêmicas para compreender a natureza das diferenças do desenvolvimento entre os países do Primeiro Mundo e os países do Terceiro Mundo, categorias que correspondiam – ao lado do bloco comunista – à divisão tripartite do mundo após a Segunda Guerra Mundial (Sztompka, 2005)¹.

Nessa perspectiva, que se tornou bastante difundida entre as décadas de 1950 e 1960, o processo de desenvolvimento é entendido como *modernização*, que se refere aos esforços das sociedades atrasadas para “alcançar” as sociedades avançadas em termos econômicos, políticos, culturais e sociais. Nesse sentido, desenvolvimento envolve um movimento de *convergência* das sociedades nacionais (*unidade de análise básica*) em torno de uma estrutura institucional e um sistema de normas e valores comuns (Lerner, 1958; Kerr *et al.*, 1963 [1960]).

1 Ver também Valenzuela e Valenzuela (1978) e So (1990).

Central a essa perspectiva é a oposição entre formas *tradicionais* e *modernas* de organização da vida social. Tradição e modernidade são tomadas como polos de um *continuum*: com base em premissas retiradas da teoria evolucionista, os estudos da modernização entendem que a transição entre eles envolveria mudanças sequenciais, incrementais, irreversíveis e inevitáveis que conduziriam a transformações qualitativas em diversos âmbitos da vida social. O polo do moderno adquiriria centralidade, pois reunia os traços característicos das sociedades então industrializadas e desenvolvidas (essencialmente as sociedades da Europa Ocidental e os Estados Unidos; daí, a acusação de etnocentrismo dirigida a essa perspectiva). O tradicional – definido logicamente em oposição àquele – seria simultaneamente *expressão* e *causa* do atraso. Alguns de seus traços podem ser assim identificados: comportamento social fracamente orientado para a realização, mobilidade social restrita, estrutura produtiva pouco diversificada, economia de mercado incipiente, burocracia estatal precariamente constituída etc. (Black, 1971 [1966]).

Esse quadro analítico-conceitual foi comum a vertentes vinculadas a diferentes disciplinas: a *economia do desenvolvimento* enfocava a escassez de capital e/ou a falta de capacidade empresarial como os principais traços das sociedades tradicionais e os determinantes dos incipientes níveis de poupança e de investimento produtivo que bloqueavam a expansão da moderna economia de mercado (A. Lewis; H. Domar; R. Nurske; W. W. Rostow); a vertente sociológica, profundamente influenciada pelo funcionalismo estrutural, colocava maior ênfase sobre as variações nos sistemas normativos predominantes e no processo de diferenciação estrutural, entendendo que valores e normas de comportamento tradicionais (comportamento pouco orientado para a realização e

desempenho, incipiente institucionalização da racionalidade instrumental, desprezo por atividades manuais e materiais) bloqueariam a expansão dos elementos modernos (T. Parsons; N. Smelser; S. M. Lipset); a ciência política, por sua vez, entendia que o atraso era causado pela reprodução de características tradicionais do sistema político; nesse sentido, a modernização decorreria da diferenciação política, da instauração de formas democráticas de governo, da institucionalização de direitos de cidadania, da constituição de uma administração pública imparcial e universalista e da construção de um aparato estatal capaz de conduzir o desenvolvimento social e distribuir bens coletivos (J. Coleman; G. Almond).

Diferenças à parte, todas essas vertentes viam o desenvolvimento como um processo de modernização que conduziria a uma convergência das estruturas institucionais e bases normativas das sociedades tradicionais com as sociedades modernas. Por isso, a modernização é um *processo homogeneizador*. Além disso, este é um processo *sistemático* e *transformativo*, porque produz mudanças mais ou menos simultâneas em diversas dimensões da vida social (industrialização, urbanização, elevação da mobilidade social, diferenciação estrutural, secularização). Consequentemente, o atraso seria apenas uma *etapa* no processo de desenvolvimento, produto da reprodução de traços tradicionais; desenvolver-se supõe superar os obstáculos da tradição.

Diversas críticas foram dirigidas à teoria da modernização e a algumas de suas premissas e postulados: ao etnocentrismo, decorrente de se derivar o moderno das características das sociedades avançadas da Europa e dos Estados Unidos; ao determinismo pressuposto na premissa evolucionista que via a modernização como um movimento inevitável e necessário, desconsiderando caminhos alternativos ao desenvolvimento; ao

postulado funcionalista acerca da incompatibilidade entre o “tradicional” e o “moderno” etc. O que mais nos interessa aqui, no entanto, é apontar as insuficiências teóricas e metodológicas da teoria da modernização a partir das perspectivas do estruturalismo e da teoria da dependência. Comum a estas duas é a crítica à oposição entre tradicional e moderno como elemento analítico central para explicar o desenvolvimento. Embora as sociedades possam ser diferenciadas em termos das características de suas estruturas sociais, não é isso que está no cerne do problema. Ao invés, para ambas as perspectivas, o desenvolvimento é moldado historicamente pela forma de vinculação das sociedades nacionais ao sistema econômico mundial, hierarquicamente organizado. E tais formas de vinculação moldam a estrutura social interna (assim como esta condiciona as formas de vinculação à economia internacional). Mais fundamentalmente, as diferentes “experiências de desenvolvimento” são entendidas como conformadas por um mesmo processo histórico, de expansão do sistema capitalista em plano global, que produziu, simultaneamente, o desenvolvimento e o subdesenvolvimento, categoria esta que substitui a noção de atraso, por sublinhar que permanecer na periferia do sistema capitalista é uma condição estrutural, historicamente moldada, e não uma mera etapa. Consequentemente, tomar a sociedade nacional como a unidade básica de análise – como faziam os estudos da modernização – é insuficiente por desconsiderar as *relações entre os âmbitos interno e externo* – as formas de inserção das sociedades nacionais no sistema econômico e político mundial – e as *relações internas* que sustentam distintas formas de vinculação entre os componentes do sistema.

A visão cepalina: o método histórico-estrutural para o estudo do desenvolvimento da periferia

O estruturalismo é uma perspectiva de análise do desenvolvimento intimamente vinculada à produção da Cepal (Comissão para Estudos da América Latina e Caribe). O marco inicial dessa corrente pode ser encontrado em um artigo do economista argentino, Raúl Prebisch, publicado em 1949. Como destaca um importante intérprete da corrente cepalina, “as primeiras doutrinas e convicções econômicas de Raúl Prebisch emergem da experiência de um dirigente do banco central enfrentando problemas monetários e de importações de muito difícil solução” (Rodríguez, 2009, p. 72). Prebisch viria a entender tais problemas como produto da vulnerabilidade da economia argentina (e de outras economias latino-americanas) às vicissitudes do comércio internacional, associando-as ao tipo de vinculação das economias da região ao sistema capitalista mundial (Prebisch, 1949, 1952, 1963; Cepal, 1949).

É possível distinguir um conjunto de ciclos interpretativos na produção cepalina ao longo das últimas décadas, que tentam acompanhar as mudanças no cenário internacional e acomodar disputas teóricas. Embora seja extremamente relevante para a compreensão da complexidade do estruturalismo, a descrição de tais ciclos não nos interessará aqui². Ao invés, gostaria de destacar os principais elementos do quadro analítico e conceitual construído por essa corrente.

O estruturalismo produziu um enfoque bastante peculiar para investigar o processo de desenvolvimento (observando especial-

2 Remeto o leitor às obras de Rodríguez (2009) e Bielschowsky (2000).

mente os países latino-americanos), denominado de método histórico-estrutural. Nele, o capitalismo é concebido como um sistema que se conforma no plano global e se polariza em centro e periferia. A concepção do sistema centro-periferia – que é o núcleo básico do pensamento cepalino – serve para descrever o processo de difusão do progresso técnico e a distribuição de seus ganhos no sistema capitalista mundial: no centro, que inclui as economias já industrializadas, o progresso técnico se espalhou rapidamente, diversificando o tecido produtivo e homogeneizando a estrutura social. Diferentemente, na periferia da economia mundial – que se constitui inicialmente como exportadora de produtos primários aos países industrializados – a penetração do progresso técnico foi exígua, restrito aos setores voltados para a exportação, resultando em estruturas produtivas marcadas por forte especialização e estruturas sociais extremamente heterogêneas (Bielschowsky, 2000 [1988], p. 11-29). A partir desse conteúdo básico, foram construídas as análises propriamente ditas, que tentavam dar conta de diversas tendências peculiares do desenvolvimento de longo prazo das economias periféricas, especialmente a deterioração dos termos de troca, a persistência do subemprego estrutural e da inflação e a tendência à reiteração do desequilíbrio externo (Sunkel, 1958; Furtado, 1961; Pinto, 1970).

A tese da deterioração dos termos de troca foi importante para fundamentar a

crítica à teoria liberal do comércio internacional, em voga desde o final do século XIX, ao conectar a noção da difusão desigual do progresso técnico com a ideia da distribuição desigual de seus ganhos no sistema capitalista internacional (Bielschowsky, 2000). Seguindo a tese ricardiana de que a especialização produtiva segundo o princípio das vantagens comparativas elevaria os ganhos do comércio internacional, a teoria liberal insistia que a distribuição desigual do progresso técnico seria compensada pela transferência dos benefícios derivados da elevação da produtividade por meio dos preços relativos. Em outros termos, os países primário-exportadores se beneficiariam dos ganhos de produtividade ocorridos nos países industrializados por meio da redução relativa dos preços dos bens manufaturados frente aos bens primários. Contrariamente, a tese da deterioração dos termos de troca identificava uma transferência de ganhos da periferia para o centro, evidenciada pela crescente disparidade nos níveis médios de renda real entre os dois polos do sistema econômico mundial³.

Como parte de um sistema econômico internacional e sendo incorporadas a ele como economias periféricas, as sociedades latino-americanas seguiriam ritmos e padrões distintos de desenvolvimento em relação aos que caracterizaram as economias centrais. O conceito de subdesenvolvimento sublinha as *características estruturais peculiares* à periferia do sistema capitalista. Sendo

3 A operação dos mecanismos de transferência dos ganhos de produtividade da periferia para o centro estava ligada aos ciclos econômicos. No centro, a maior organização sindical e a concentração mais elevada de capital na indústria impediam que os ganhos de produtividade se traduzissem diretamente em queda de preços na fase minguante do ciclo; na periferia, diferentemente, o excesso crônico de mão de obra exercia pressão baixista constante sobre preços e salários, o que resultava na transferência dos ganhos de produtividade para o centro em proporção maior na fase minguante do que possivelmente aquela de que a periferia se beneficiava na fase ascendente do ciclo (Prebisch, 1949). Houve outras elaborações da tese da deterioração dos termos de troca, não relacionadas diretamente aos ciclos econômicos (Rodrigues, 2009).

o subdesenvolvimento o resultado de um “processo histórico autônomo”, relacionado com a expansão do núcleo comercial e, depois, industrial europeu a partir do século XVIII, ele não poderia ser tomado como uma mera etapa do desenvolvimento capitalista. Ao invés, a penetração das técnicas capitalistas em estruturas sociais arcaicas resultou na “criação de estruturas híbridas, uma parte das quais tendia a comportar-se como um sistema capitalista; a outra, a manter-se dentro da estrutura preexistente” (Furtado, 1961, p. 253). Assim, o traço peculiar do subdesenvolvimento – mesmo nas formas mais complexas, em que se formou um núcleo industrial voltado para o mercado interno – é a coexistência de setores econômicos que se orientam de forma capitalista e pré-capitalista.

Da perspectiva cepalina, a possibilidade de desenvolvimento na periferia dependeria de mudanças profundas na forma de vinculação das economias desses países ao sistema capitalista mundial. A industrialização das economias primário-exportadoras alteraria a forma como estavam vinculadas ao sistema mundial e permitiria que elas se apropriassem de uma parcela mais ampla dos frutos do progresso técnico, resultando em melhorias do bem-estar social. Ou seja, a industrialização seria a única via para a superação do subdesenvolvimento, embora não fosse con-

dição suficiente. De fato, devido às características estruturais das economias periféricas (a heterogeneidade estrutural e tecnológica e a especialização produtiva), a industrialização seria inerentemente problemática e poderia bem resultar no aprofundamento do subdesenvolvimento e de seus traços estruturais centrais (desemprego, inflação, desequilíbrio externo)⁴.

A análise da natureza contraditória do processo de industrialização na periferia servia, por um lado, para mostrar que o processo de acumulação capitalista funcionava de modo distinto na periferia do que funcionava nas economias centrais e, por outro, para sublinhar a necessidade da *intervenção do Estado* para conduzir deliberadamente o processo de industrialização⁵. O planejamento estatal (ou a programação industrial) ganhava, assim, centralidade, como princípio capaz de racionalizar o processo “espontâneo” de industrialização que então ocorria no marco das relações centro-periferia, no momento em que se esgotava o modelo primário-exportador ou a fase de “crescimento para fora” após a crise dos anos 1930 (Tavares, 1964). A necessidade de o Estado intervir na economia através da formulação de uma política de desenvolvimento visando à industrialização adquiriu enorme importância no pensamento estruturalista e permanece com algumas modi-

4 Furtado (1961) argumentava que a industrialização na periferia tenderia a reproduzir os padrões tecnológicos utilizados nos países centrais, padrões intensivos em capital e poupadores de mão de obra, portanto, inadequados à dotação relativa de fatores de produção em uma economia periférica. Consequentemente, a expansão dos setores modernos da economia não conseguiria absorver o excedente de mão de obra e a característica básica do subdesenvolvimento se reproduziria mesmo com elevada industrialização da economia.

5 A ênfase sobre a ação Estatal para a superação do “atraso” não era um elemento novo nos estudos do desenvolvimento. De fato, a perspectiva da economia do desenvolvimento já havia sublinhado que, sob as condições de “atraso econômico” – escassez de capital, falta de uma camada empresarial forte, mercado interno incipiente etc. – o desenvolvimento econômico dependeria da ação do Estado, por meio de programas de investimentos públicos e da criação de uma estrutura de incentivos para induzir um comportamento mais empresarial entre as elites econômicas (Hirschman, 1958; Gerschenkron, 1962).

ficações nos estudos mais recentes (Rodríguez, 2009)⁶.

Embora os estudos cepalinos confirmem centralidade à ação estatal no desenvolvimento da periferia, o Estado não é teorizado de forma sistemática. Em geral, tais estudos assumem que o Estado tem (ou pode ter) autonomia em relação aos diferentes grupos sociais e capacidade para formular políticas econômicas e levar a cabo uma estratégia de desenvolvimento econômico baseada na industrialização. No entanto, como sugeriam alguns estudos à época, a possibilidade de se alcançar o desenvolvimento autossustentado pelas economias latino-americanas enfrentava limites estruturais severos no plano externo e interno, que reduziam a margem de manobra da ação estatal. As críticas da análise da dependência ao estruturalismo sublinhavam que a oposição centro-periferia era *insuficiente* para captar as restrições estruturais associadas ao subdesenvolvimento: de um lado, havia uma vertente que entendia que a dependência externa em relação aos países desenvolvidos bloqueava o desenvolvimento da “periferia” e defendia a desvinculação do sistema capitalista mundial como único caminho para a superação do subdesenvolvimento; de outro, havia uma vertente que entendia que o desenvolvimento era possível na periferia no sistema capitalista, mas sua natureza e dinamismo seriam resultado das configurações formadas pelas relações entre

o âmbito *interno*, das alianças sociopolíticas que se expressavam no nível do Estado, e o âmbito *externo*, das relações entre os centros de poder econômico e político mundial.

A análise da dependência

O que se convencionou chamar de análise da dependência inclui vertentes bastante distintas entre si, cujo traço em comum é reivindicar o uso do método marxista (dialético) de interpretação sociológica para dar conta do desenvolvimento na periferia do sistema capitalista mundial. Uma maneira de distingui-las reside no enfoque analítico, predominantemente sobre fatores internos (relações de classe) ou fatores externos (relações de dominação no sistema econômico internacional). Obviamente, trata-se de ênfase diferencial, uma vez que tanto fatores internos quanto externos são considerados (Martinussen, 2005)⁷.

A análise da dependência se desenvolveu nas décadas de 1960/1970 em meio às dificuldades do estruturalismo cepalino para compreender a dinâmica da “nova” fase de crescimento econômico “orientado para dentro” na América Latina. Na exposição anterior, vimos que os estudos cepalinos consideravam que a industrialização seria a única via para superação da condição periférica e de seus traços estruturais (subemprego, inflação, desequilíbrio externo persistente). A industrialização das

6 Nos trabalhos cepalinos, o termo “industrialização espontânea” indicava que o impulso à industrialização da América Latina derivava em parte das forças de mercado, no contexto da crise dos países avançados na década de 1930, induzindo um processo de substituição de importações, resultante da interação entre os desequilíbrios externos e a elevação da demanda doméstica por bens importados nos países da região. O artigo de M. C. Tavares (1964) é bastante esclarecedor acerca da dinâmica peculiar da industrialização latino-americana.

7 Os termos utilizados para designar esses estudos são muito variados: “teoria da dependência” (Cardoso, 1977; Santos, 2000), “análise da dependência” (Love, 1990), “escola da dependência” (So, 1990). Utilizo o termo “análise da dependência” para indicar que o esforço dos autores se voltava mais para a construção/renovação de um método de interpretação de que propriamente para a formulação de um conjunto formal de proposições.

economias latino-americanas permitiria a elas vincular-se de forma mais autônoma à economia mundial em termos da produção de progresso técnico e apropriação de seus ganhos, reduzindo a distância que as separava das economias centrais em termos de níveis de produtividade e de renda e abrindo caminho para o desenvolvimento autossustentado (sobretudo nos países mais desenvolvidos da região, como Argentina, Brasil, México e Chile). Tais previsões perderam força ao longo das décadas de 1950 e 1960, com o menor dinamismo do crescimento industrial na região. Foram feitas diversas tentativas dentro do estruturalismo para explicar por que condições aparentemente tão favoráveis para a transição da etapa de substituição de importações para outra baseada no crescimento dinamizado pelo mercado interno não se materializara. Um dos autores que mais avançou nessa direção foi Celso Furtado. Para ele, o crescimento econômico na América Latina tenderia à estagnação, em virtude da forte concentração da renda e da propriedade fundiária que bloqueavam a expansão do mercado interno. Considerava, então, que a redistribuição de renda – por meio da reforma agrária, tributação progressiva etc. – seria fundamental para ampliar o mercado interno e dinamizar as economias da região (Furtado, 1966)⁸.

Esse argumento foi questionado pela “teoria da dependência” sob dois aspectos distintos. Uma vertente – que inclui autores como A. G. Frank, T. dos Santos e R. Marini – afirmava que as relações de dependência externa, vinculando os centros de poder capitalista e as economias subdesenvolvidas,

constituíam um bloqueio estrutural ao desenvolvimento dessas últimas e defendiam a via da revolução socialista como única estratégia viável para a “periferia” desenvolver-se. Quer dizer, *a estagnação dos países subdesenvolvidos era a contrapartida do crescimento dos países desenvolvidos*. Outra vertente – em que se destacam F. H. Cardoso e E. Faletto – argumentava que a dependência não impedia o desenvolvimento, mas lhe conferia natureza peculiar, associada às distintas configurações assumidas pela relação entre os âmbitos interno e externo. A estagnação econômica da região era vista, por essa vertente, como produto do esgotamento de um padrão de desenvolvimento (industrialização com forte participação do capital nacional) em razão da erosão da aliança sociopolítica (de orientação nacional-desenvolvimentista) que lhe dava sustentação. Para as duas vertentes, portanto, *os erros de diagnóstico do estruturalismo decorriam de insuficiências teóricas e metodológicas*.

Além disso, os estudos da dependência tinham em comum a tentativa de explicar as “formas emergentes de dependência” associadas à fase de industrialização controlada pelas empresas multinacionais (sobretudo nos setores de bens de consumo duráveis e bens de capital) e à resultante internacionalização do mercado interno de diversos países da América Latina, a partir dos anos 1960. Com isso, esses estudos questionavam as “teses sobre o desenvolvimento nacional” – associadas especialmente à esquerda ortodoxa e ao Partido Comunista – segundo as quais o desenvolvimento capitalista na região se daria segundo o padrão clássico, conduzido

8 Posteriormente, a tese do estrangulamento ou estagnação foi substituída pelo argumento de que haveria diferentes estilos de desenvolvimento, alguns mais favoráveis em termos dos conflitos redistributivos e mais dinâmicos do que outros (Pinto, 1976). Para os debates entre Furtado e os “desenvolvimentistas do setor privado” – para os quais, a distribuição de renda em favor do capital nacional era essencial para a elevação da poupança nacional e do nível de investimento produtivo –, ver Bielschowsky (2000 [1988], p. 77-127).

por uma burguesia nacional que, aliada ao proletariado contra as forças oligárquicas e o capitalismo internacional, promoveria a internalização dos centros de decisão e outras mudanças necessárias à ampliação do mercado interno e à consolidação de um desenvolvimento nacional e democrático⁹.

O traço característico às obras dos autores inseridos na primeira vertente é o enfoque sobre as relações de dependência que vinculavam as sociedades subdesenvolvidas ao “núcleo” do sistema capitalista mundial e supostamente bloqueavam seu desenvolvimento. Embora concordassem com algumas premissas cepalinas associadas à concepção centro-periferia (sobretudo que o subdesenvolvimento é um produto histórico da expansão do sistema capitalista em plano mundial), não aceitavam o argumento de que a periferia poderia se desenvolver plenamente dentro desse sistema. Ao invés, a condição de subdesenvolvimento, produto das relações de dependência, implicava que a expansão da periferia só poderia ser um reflexo das economias desenvolvidas (Santos, 1970). A dependência externa é, portanto, determinante dos processos sociais internos.

Uma das manifestações desse fenômeno reside na vinculação entre as relações de exploração transnacional e um tipo de “colonialismo” interno, em que os centros políticos e econômicos internos às economias subdesenvolvidas exploram suas regiões mais atrasadas por meio de políticas fiscais e cambiais (Frank, 1966). Em uma elaboração mais sofisticada dessa ideia, Marini (1977) argumenta que esse padrão de exploração transnacional está necessariamente associado à superexploração da classe trabalhadora local: o excedente econômico produzido

internamente é, em parte, apropriado pela burguesia local para valorizar seu próprio capital e, em parte, transferido para as economias centrais. Esses processos impediriam a ampliação do mercado interno e produziriam uma tendência à estagnação do desenvolvimento, reproduzindo as características estruturais associadas ao subdesenvolvimento. A constatação da inviabilidade do desenvolvimento capitalista na periferia levou à concepção da saída revolucionária. Assim, o socialismo – que implicaria na destruição dos vínculos das economias subdesenvolvidas com o sistema capitalista mundial – era visto como o único caminho para o desenvolvimento na periferia e tal “necessidade histórica” dependia, para sua materialização, da mobilização das camadas populares e operárias. Alternativamente ao socialismo, estava a reprodução de um padrão capitalista de acumulação incipiente e fortemente concentrador, sustentado por regimes políticos autoritários funcionais à concentração de renda e à exclusão política das camadas populares e operárias (Santos, 1972).

A outra vertente da perspectiva da dependência que trataremos aqui é o produto de um padrão de sociologia política que emerge na Universidade de São Paulo na década de 1950, associada aos trabalhos de autores como Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni (Sallum, 2002). Esse padrão de sociologia política se materializou de forma mais paradigmática em Dependência e desenvolvimento na América Latina. O enfoque aí proposto tem como fundamento um conceito de dependência redefinido em uma direção não determinista, que contempla a possibilidade de diferentes graus de autonomia das sociedades nacionais em relação

9 Para uma reconstrução desses debates, ver Cardoso (1972, 1977).

aos interesses externos e, com isso, diferentes padrões de desenvolvimento na periferia. Os fatores externos – como a dependência econômica – que eram considerados essenciais na conformação do desenvolvimento periférico (tanto por alguns estudos cepalinos quanto pela vertente vista anteriormente) só o impactam quando passam a ter expressão na estrutura social e política interna (Sallum, 2002). A dependência externa torna-se, assim, dependência estrutural:

[...] a dependência encontra [...] não só “expressão” interna, mas também seu verdadeiro caráter como modo determinado de relações estruturais: um tipo específico de relação entre as classes e grupos que implica uma situação de domínio que mantém estruturalmente a relação com o exterior. Nesta perspectiva, a análise da dependência significa que não se deve considerá-la como uma ‘variável externa’, mas que é possível analisá-la a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes no âmbito mesmo das nações dependentes (Cardoso e Faletto, 1970, p. 31).

Em outras palavras, a *dependência estrutural* se expressa por um conjunto de relações internas entre grupos e classes sociais organizadas sob uma estrutura de dominação que, por sua vez, produz uma forma peculiar de vinculação entre a economia nacional e o mercado mundial. Assim, esse conceito capta as relações contraditórias entre o externo e o interno e, por isso, permite contemplar *diferentes padrões de desenvolvimento e situações de dependência*. De fato, “a relação interna entre as classes [...] torna possível e dá fisionomia própria à dependência”. Mais do que isso, “a dinâmica que pode adquirir o sistema econômico dependente, no âmbito da nação, está determinada – dentro de certos limites – pela capacidade dos sistemas internos de aliança para proporcionar-lhe capacidade de expansão” (*ibidem*, p. 36). Contrariamente à perspectiva anterior que priorizava o externo sobre o interno, eliminando a dinâmica política própria das

dependências dependentes como fator importante nas explicações, Cardoso sustenta que a relação de dependência é um processo através do qual algumas classes se impõem a outras e certas frações de classe se associam ou se opõem entre si nas lutas políticas. Está aí o cerne da *análise dialética*, segundo o autor: o enfoque sobre “o ‘movimento’, as lutas de classe, as redefinições de interesse e as alianças políticas, que ao mesmo tempo em que sustentavam as estruturas abriam perspectivas de transformação” (Cardoso, 1977, p. 41; tradução própria).

Esse enfoque metodológico sobre a dependência estrutural chamava atenção, ainda, para a insuficiência da análise cepalina, incapaz de integrar de forma adequada “os fatores inscritos na estrutura social [...] responsáveis tanto do resultado favorável quanto da perda de impulso do processo [...] de desenvolvimento” (Cardoso e Faletto, 1970, p. 9). Ao mesmo tempo, ao invés de tomar o desenvolvimento como um processo acumulativo e dinamizado a partir de fora, o enfoque de Cardoso e Faletto sublinhava que a mudança social implica rupturas profundas, produzidas por disputas entre grupos e classes sociais por meio dos quais alguns deles tentam impor uma forma de dominação que expresse seus valores e interesses.

No confronto com o estruturalismo, com as vertentes marxistas e com a teoria da modernização, Cardoso e Faletto constroem a *análise integrada do desenvolvimento* colocando como problemática sociológica fundamental “o estudo das estruturas de dominação e das formas de estratificação social que condicionam os mecanismos e os tipos de controle e decisão do sistema econômico em cada situação particular” (*ibidem*, p. 23). Ou seja, o eixo de uma análise do desenvolvimento orientada por essa perspectiva reside no problema do controle social da produção e do consumo, ou seja, nas disputas em torno da produção e distribuição (setorial e fun-

cional) do excedente econômico¹⁰. Como o Estado possui as alavancas para intervenção na vida social, tais disputas tendem a se materializar em torno das políticas estatais (política cambial, política tributária, política educacional, política fiscal etc.) (Sallum, 2002).

Com esse novo enfoque, os autores rejeitavam tanto a possibilidade aventada pela Cepal de desenvolvimento capitalista autossustentado (na medida em que a burguesia nacional tenderia a se aliar ao capital externo na fase de internacionalização do mercado interno) e recusavam a inevitabilidade – sugerida em alguns estudos marxistas – da alternativa socialismo/fascismo (pois a organização da aliança sociopolítica no Estado comportava alternativas diversas no nível do regime político).

Diferentemente do *mainstream* da tradição marxista, essa vertente da perspectiva da dependência não toma o Estado apenas como o instrumento de uma classe ou coalizão de classes; ao invés, o Estado aparece como “a aliança básica [...] ‘pacto de domínio’ básico, que se estabelece entre as classes sociais ou frações das classes dominantes e as normas que garantem o seu domínio sobre as camadas subordinadas” (Cardoso, 1982, p. 46). Ao tomar o Estado como expressão do pacto de dominação, essa vertente chama atenção aos limites à margem de manobra dos Estados nacionais na formulação e implementação de políticas econômicas, limites derivados da dinâmica dos conflitos entre grupos e classes sociais. Ao mesmo tempo, como não é mero instrumento de dominação de uma classe sobre outra, o Estado torna-se potencialmente autônomo em re-

lação aos interesses sociais. Entretanto, esse fenômeno – *autonomia estrutural* – não é teorizado sistematicamente, pois não se dá muita atenção às estruturas institucionais e organizacionais que medeiam os conflitos distributivos e conformam as ações estatais¹¹.

Diferentes Estados e diferentes formas de intervenção

No campo dos estudos do desenvolvimento, não são incomuns os argumentos de que a intervenção do Estado na economia (e em outras esferas sociais) pode ser um fator importante (senão o aspecto fundamental) para impulsionar o desenvolvimento. Em perspectivas tão distintas quanto a economia do desenvolvimento (vertente econômica da teoria da modernização) e o estruturalismo de origem cepalina, o Estado é concebido como um catalisador do desenvolvimento (em suas diversas acepções). Ao mesmo tempo, em algumas vertentes da perspectiva da dependência, o Estado é concebido como produto de relações de poder, frequentemente subordinado aos interesses das classes dominantes e do capital internacional.

As perspectivas centradas no Estado (State-centered theories) – que emergem na década de 1980, associadas a um movimento mais amplo nas ciências sociais, especialmente norte-americanas, que reivindicava “trazer de volta o Estado” para a investigação de fenômenos sociais diversos (Evans, Rueschemeyer e Skocpol, 1985) – diferem fundamentalmente da perspectiva anterior sob esse aspecto: nesta, o Estado é concebido como um “ator” no processo de desenvolvi-

10 Esse argumento incorpora uma questão clássica da sociologia, que é a dominação política.

11 Como argumenta Hall (1986), negligenciar a dimensão propriamente institucional é uma insuficiência comum às análises que tomam as políticas econômicas como produtos das disputas entre grupos e classes sociais.

mento. A ênfase recai sobre a capacidade e autonomia da burocracia estatal (pelo menos, alguns de seus setores) em formular e implementar políticas de desenvolvimento através da apropriação/construção de alavancas de intervenção política em diversas esferas sociais, sobretudo a econômica. Ao mesmo tempo, em vez de apenas assumir que a intervenção estatal pode impulsionar o desenvolvimento (argumento que não é novo), tal perspectiva tenta revelar – por meio de análise comparativa – os fundamentos da intervenção estatal bem-sucedida, sobretudo as estruturas internas do Estado e as relações que o conectam às demais esferas da sociedade. Isso significa que os Estados não são fenômenos padronizados:

Os Estados não são genéricos, eles variam drasticamente nas suas estruturas internas e relações com a sociedade. Tipos diferentes de estruturas geram capacidades diferenciadas de ação. As estruturas definem a gama de papéis que o Estado é capaz de representar. Os resultados dependem tanto da extensão em que os papéis se enquadram no contexto quanto da competência demonstrada na sua execução (Evans, 2004, p. 37).

Um estudo de Chalmers Johnson (1982) sobre o rápido crescimento econômico no Japão após a Segunda Guerra Mundial foi bastante influente na conformação dessa perspectiva de análise. Nesse estudo, o autor utiliza o conceito de *Estado Desenvolvimentista* para delinear os traços da intervenção do Estado japonês na economia nacional: por meio de políticas econômicas que buscavam construir e aperfeiçoar os mecanismos de mercado, o Estado (sobretudo,

uma agência estatal, o Ministério da Indústria e Comércio Exterior) teve enorme êxito em promover setores industriais estratégicos (indústrias de base e de alta tecnologia) que alavancaram o crescimento econômico do país, permitindo-lhe alcançar e, mesmo, sobrepujar, sob alguns aspectos, os centros do sistema econômico mundial. Nesse sentido, o conceito de *Estado Desenvolvimentista* chama atenção para um *tipo* de intervenção estatal na economia, intervenção orientada para a transformação da economia nacional – industrialização – visando à melhoria de sua posição no sistema econômico mundial¹². A principal contribuição do autor reside justamente em seu esforço por identificar os fatores que permitem explicar a eficácia do Estado japonês nessa empreitada. Tais fatores são a *estrutura interna do Estado* (sobretudo sua burocracia econômica) e os *vínculos* que o conectavam com grupos na sociedade e na esfera político-institucional.

Na visão de Johnson, a eficácia do Estado japonês em conduzir o desenvolvimento econômico após a Segunda Guerra Mundial (como meio de combater o imperialismo ocidental e de garantir a sobrevivência nacional) pode ser explicada sob dois aspectos: (i) a existência de uma burocracia (especialmente os segmentos econômicos) que concentrava enorme poder político, capaz de formular políticas de transformação industrial com vistas a inserir a economia nacional nos nichos produtivos mais dinâmicos do mercado internacional; (ii) vínculos estreitos do Estado com o capital industrial e com a esfera político-partidária, que facilitavam a

12 Segundo Johnson (1982, p. 3-34), esse tipo de intervenção difere substancialmente daquele mais comum aos Estados regulatórios (tipicamente os Estados Unidos), em que a intervenção estatal geralmente se restringe à definição de normas que regulam a competição dos agentes no mercado. Embora o autor utilize os termos Estado desenvolvimentista e Estado regulatório, parece que ele quer diferenciar tipos de intervenção segundo sua orientação predominante.

coordenação pela burocracia estatal dos vários setores econômico e a legitimação política das iniciativas político-estatais.

“A burocracia governa e os políticos reinam”. Talvez esta frase do autor nos ajude a compreender a importância que segmentos da burocracia japonesa adquiriram no período posterior à Segunda Guerra Mundial, concomitantemente às tentativas de reconstrução do Estado japonês pelas forças de ocupação lideradas pelos Estados Unidos. A transformação da burocracia japonesa no principal centro de poder político nesse período decorreu de circunstâncias históricas (ocupação do pós-guerra e reformas político-institucionais que enfraqueceram centros de poder políticos e econômicos anteriores à guerra, sobretudo os militares e os grandes conglomerados econômicos), fatores políticos (elevação das chances de poder do Imperador *vis-à-vis* o Parlamento e o primeiro-ministro antes da guerra) e, ainda, de crenças enraizadas no imaginário coletivo japonês que ligavam a burocracia às tradicionais famílias de *samurais* (Johnson, 1995).

Ademais – e esse é o ponto que gostaria de sublinhar – havia fatores relacionados com a *estrutura interna* da burocracia, sobretudo a forma de recrutamento e os padrões de mobilidade social. O ingresso na carreira pública e a promoção para cargos de alto escalão eram regulados por procedimentos meritocráticos fortemente institucionalizados, que conduziam os indivíduos mais talentosos de cada coorte de ingressantes para os cargos de alto escalão após algumas décadas de serviço público (mesmo em nível governamental). Isso significa que as principais

posições no Estado eram preenchidas por funcionários de carreira segundo critérios de meritocracia e senioridade. Obviamente, ocupar posições dirigentes no Estado elevava as chances de poder da burocracia e sua capacidade de intervir em outras esferas sociais, capacidade ampliada, ainda, pelos laços (quase) primários vinculando os ingressantes no serviço público, que, em sua maioria, vinham do curso de direito das Universidades de Tóquio e de Quioto e que, por isso, possuíam visões de mundo similares resultantes de processos comuns de socialização acadêmica e familiar.

Além disso, um padrão de mobilidade social peculiar entre as elites japonesas reproduzia vínculos densos entre burocratas de alto escalão, dirigentes de grandes empresas (sobretudo o grande capital industrial e financeiro) e atores políticos. Na sociedade japonesa, era comum que os ingressantes de coortes mais antigas dos cargos públicos de alto escalão fossem forçados a se aposentar (*amakudari*) para abrir caminho à promoção de ingressantes de coortes mais novas (o que se dava por volta dos 50 anos de idade)¹³. Os egressos da burocracia eram, então, conduzidos a cargos de direção de empresas no setor privado ou público e/ou convidados para assumir cargos políticos (ministros) ou ingressar na vida partidária. Esse padrão de mobilidade teve consequências importantes para a capacidade da burocracia estatal de formular políticas econômicas e de coordenar os setores econômicos estratégicos de forma mais eficaz: ele forjou vínculos amplos e densos entre os ministérios e suas burocracias, de um lado, e as empresas privadas e a

13 Assim, quando um vice-primeiro-ministro, cargo mais elevado de um funcionário de carreira, era obrigado a se aposentar para ceder seu lugar a alguém mais novo, todos aqueles que haviam ingressado com ele – na mesma coorte – eram também forçados a se retirar do serviço público, pois o critério de senioridade implicava que os cargos mais elevados fossem ocupados por ingressantes mais antigos.

esfera político-partidária, de outro (Johnson, 1982, 1995).

Seguindo a trilha aberta por Johnson, diversos estudos empreenderam análises do desenvolvimento do Leste Asiático (especialmente na Coreia do Sul e Taiwan) que conferiam centralidade às intervenções estatais de orientação desenvolvimentista, questionando o argumento neoliberal mais ortodoxo que privilegiava o papel das forças de mercado na dinâmica do crescimento econômico daquela região (Gold, 1986; Amsden, 1989; Wade, 1990; Woo-Cumings, 1991; Weiss e Hobson, 1995; Evans, 2004). De fato, tais estudos sublinham que os Estados no Leste Asiático conduziram deliberadamente as transformações na economia (“governaram os mercados”, segundo R. Wade) e em outras esferas sociais por meio do planejamento estratégico, levado a cabo por um conjunto de mecanismos de intervenção capazes de criar e aperfeiçoar mercados com o objetivo de elevar a posição daqueles países no cenário político-econômico internacional. O controle sobre as finanças – por meio da criação de mecanismos de financiamento com base no crédito – constituiu-se no aspecto mais importante da condução da economia pelo Estado: controlando tais mecanismos, a burocracia estatal definia padrões de investimento e induzia a mobilidade setorial da produção (Zysman, 1983).

Alguns estudos tentavam explorar a perspectiva de Johnson em um viés comparativo (Schneider, 1990; Loriaux, 1990; Herring, 1990). Evans (2004, 2007) foi o autor que mais avançou nessa direção. O autor empre-

endeu uma interessante análise comparativa do desenvolvimento de países como Coreia do Sul, Índia e Brasil, formalizando os traços que distinguem um Estado do outro. Segundo o autor, os Estados podem ser distinguidos sob duas dimensões: suas estruturas internas e as redes que o conectam com a sociedade e economia. Essas dimensões determinam os tipos de intervenção do Estado na economia e na vida social mais ampla e a eficácia dela: de um lado, um tipo predatório de intervenção, que bloqueia o desenvolvimento da sociedade; de outro, um tipo desenvolvimentista, que dinamiza a economia e contribui para a promoção do bem-estar social. Há, ainda, um tipo intermediário, que combina os traços dos outros dois.

A frágil burocratização do Estado (e não o excesso) e uma tênue imersão (embeddedness) do aparato estatal na vida social estariam na raiz do Estado predatório. Seus traços típicos – pouca previsibilidade da ação estatal; ausência de um quadro institucional que regule as ações dos dirigentes estatais e as relações com os grupos sociais; estrutura de dominação patrimonialista – desestimulariam a formação de uma economia de mercado competitiva, bloqueariam a mobilidade social e fechariam o espaço para o surgimento de novos atores coletivos que poderiam dinamizar o desenvolvimento endogenamente. Esse é o caso típico de Estados africanos.

Diferentemente, na raiz da intervenção de orientação desenvolvimentista, estaria uma estrutura burocrática autônoma e, ao mesmo tempo, imersa (embedded) na vida social mais ampla¹⁴. Essa combinação apa-

14 Essa perspectiva de análise se assemelha, sob vários aspectos, à produção mais recente na sociologia econômica, especialmente no que se refere à ideia de imersão ou de enraizamento da economia na vida social (Swedberg e Smelser, 1995). As origens teóricas dessa ideia residem na teoria durkheimiana e sua ênfase sobre os fundamentos normativos e morais da vida social. Durkheim expressou esse argumento de forma elegante em sua famosa tese acerca das bases não contratuais do contrato.

rentemente contraditória entre autonomia e parceria é a característica fundamental dos Estados desenvolvimentistas: eles “estão inseridos em um conjunto concreto de alianças sociais que ligam o Estado à sociedade e provêm canais institucionalizados para negociação contínua de objetivos e planos de ação” (Evans, 2004, p. 38)¹⁵. Japão, Coreia do Sul e Taiwan podem ser incluídos sob esse tipo.

Entre esses dois polos – do Estado predatório, de um lado, e do Estado desenvolvimentista, de outro – o autor identifica casos intermediários, em que a combinação entre autonomia e parceria é mais problemática. Nos Estados intermediários, a burocracia estatal é menos autônoma em virtude da menor institucionalização dos procedimentos meritocráticos de recrutamento e de promoção aos cargos de alto escalão. Quando caracteriza o Estado brasileiro como um caso intermediário, Evans sublinha o fato de os chefes do Executivo nomearem milhares de funcionários para os cargos superiores em ministérios e agências estatais. Embora essa prática possa dar maior margem de manobra ao Executivo para construir uma base de apoio político-partidária, ela, ao mesmo tempo, limita a capacidade da burocracia de produzir políticas de longo prazo, que não dependam das forças políticas que ocupam as principais posições dirigentes. Ademais, sublinha o autor, a ausência de uma estrutura burocrática autônoma favorece laços clientelistas. Brasil e Índia são os exemplos de Estados intermediários citados pelo autor.

Resumindo, a distinção entre Estados predatórios, intermediários e desenvolvi-

mentistas chama atenção para diferentes tipos de intervenção estatal na economia (e na vida social mais ampla) e relaciona esses tipos de intervenção às estruturas internas do Estado e às relações que vinculam Estado, economia e sociedade.

A perspectiva de análise que confere centralidade ao conceito de Estado Desenvolvimentista pode ser bastante útil por revelar a primazia da política sobre a economia, quer dizer, por sublinhar como “o desenvolvimento econômico pode resultar de um projeto politicamente construído visando à melhoria da competitividade econômica nacional” (Pempel, 1999, p. 140; tradução própria). No entanto, embora ela avance em relação a outras ao examinar mais detidamente os arranjos institucionais que estão por trás dos graus variados de autonomia e capacidade de ação do Estado para imprimir um padrão peculiar ao desenvolvimento econômico, ela não investiga de modo sistemático os limites estruturais à ação estatal derivados do equilíbrio de poder no âmbito interno e no cenário internacional (Cheng, 1990). O ponto que gostaria de destacar é que o maior peso da participação dos burocratas na tomada de decisões políticas nos Estados do Leste Asiático também pode ser explicado com base na peculiaridade das coalizões ou alianças sociopolíticas que sustentavam uma determinada estrutura de dominação no plano interno e em um equilíbrio favorável de forças no plano internacional.

Internamente, Japão, Coreia do Sul e Taiwan possuíam Estados “fortes” sustentados por uma coalizão sociopolítica formada pelo grande capital industrial (sobretudo no

15 A distinção entre Estados predatórios e Estados desenvolvimentistas pouco tem a ver com a distinção – corrente em décadas anteriores – entre Estados fortes e fracos. Um exemplo é o estudo de Gunnar Myrdal sobre os determinantes da reprodução do atraso (1968). “Estados fortes podem ser simplesmente fracos em aspectos que conhecemos menos” (Hall, 1986, p. 17).

Japão, *zaibatsu*; Coreia do Sul, *chaebol*) e uma tecnocracia altamente qualificada empregada no alto escalão do Estado que não enfrentava a resistência de grandes proprietários rurais (amplas programas de reforma agrária precederam a industrialização maciça nesses países) ou de organizações trabalhistas (fortemente controladas nos regimes autoritários da Coreia do Sul e de Taiwan), apoiada, ainda, por pequenos proprietários rurais (fortemente protegidos especialmente em Taiwan e Japão) e pequenos comerciantes. O insulamento em relação aos interesses operários e o peso do capital industrial – combinados com a inexistência de partidos comunistas ou socialistas fortes – abriram espaço para que a burocracia estatal conduzisse a transformação da economia numa direção que privilegiava a concentração econômica (setorialmente) e a formação de grandes conglomerados de empresas (Coreia do Sul e Japão) ou de um vasto setor público empresarial (Taiwan), ao mesmo tempo, disciplinando o capital industrial por meio de contrapartidas de desempenho aos subsídios estatais (Pempel, 1999, p. 165-166)¹⁶.

No plano externo, havia condições favoráveis a políticas de desenvolvimento nacional baseadas na industrialização: a ajuda externa, sobretudo norte-americana, foi fundamental para financiar as políticas de desenvolvimento nacional durante as décadas de 1940/1950 no Japão e durante a década de 1960 na Coreia do Sul e Taiwan (que receberam influxos de capital japonês nas décadas seguintes). Além do fluxo de recursos dos Estados Unidos (estratégia geopolítica no contexto da guerra fria), tais países puderam contar com mercados norte-americanos

e de outras economias industrializadas para seus produtos sem a exigência num primeiro momento de contrapartidas em termos de abertura comercial e financeira. Embora estivessem vinculados ao sistema econômico mundial de forma dependente, os Estados nacionais nessa região encontraram ampla margem de manobra para a viabilização de estratégias nacionais de desenvolvimento. Fica claro, então, que as restrições estruturais derivadas das relações de dependência variam segundo o tipo de vínculo predominante com o exterior (ajuda externa, empréstimo comercial, investimento direto etc.) (Stallings, 1990; Gereffi e Fonda, 1992). Ademais, a existência de um cenário internacional tão favorável (derivado, obviamente, da conjuntura do pós-guerra e das estratégias geopolíticas das potências mundiais) levanta a questão sobre a possibilidade de se aplicar tal perspectiva de análise em outros contextos históricos. Ou seja, *não seria a perspectiva de análise baseada no Estado Desenvolvimentista a materialização de oportunidades históricas delimitadas no tempo e no espaço?*

Estado versus mercado: a perspectiva neoliberal

Embora as perspectivas do estruturalismo, da dependência e do Estado Desenvolvimentista possam ser distinguidas em termos de suas premissas, proposições, métodos, conceitos etc., elas se assemelham por entenderem que existem diferenças estruturais entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos e que a superação da “condição periférica” implica uma política deliberada de desenvolvimento levada a cabo pelo Es-

16 A capacidade de ação da burocracia estatal foi sustentada, ainda, pela importância que o nacionalismo adquiriu nessa região, devido às guerras e aos sentimentos políticos ligados à sorte de tais países no período posterior à Segunda Guerra Mundial (Cumings, 1979; Johnson, 1982; Woo-Cumings, 1991).

tado e/ou forças sociais. Metodologicamente, entendem também que as trajetórias de desenvolvimento a partir da “periferia” são suficientemente peculiares para permitir generalizações a partir da história dos países já desenvolvidos e que mesmo categorias como “Terceiro Mundo”, “subdesenvolvimento” ou “periferia” tornaram-se demasiadamente amplas para abarcar a diversidade dos caminhos percorridos pelas sociedades que buscavam desenvolver-se.

A perspectiva neoliberal, que ganha maior espaço político e acadêmico a partir da década de 1980, questiona vários desses postulados, retomando mesmo algumas das premissas que informavam a teoria da modernização¹⁷. Embora as ideias incorporadas nessa vertente não sejam verdadeiramente novas, elas ganharam maior notoriedade especialmente com a ascensão de governos conservadores na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha – cujas políticas passaram então a questionar três décadas de keynesianismo – e com a reorientação pró-mercado das políticas das organizações multilaterais nesse período (Martinussen, 2005).

De forma similar à teoria da modernização – bastante popular nas décadas de 1950/1960 – a perspectiva neoliberal concebe o processo de desenvolvimento como movimento de convergência em termos de uma estrutura institucional e normativa comum: o contexto da globalização econômica (sobretudo a maior mobilidade dos capitais) ensejaria a constituição de uma *economia de*

livre mercado em nível global, desde que fosse adotado um conjunto de políticas (as chamadas *reformas estruturais*) que removesses os obstáculos para o funcionamento adequado dos mercados (como na velha teoria da modernização, trata-se de remover os obstáculos oriundos da tradição para a emergência da modernidade). Entre tais obstáculos, está a intervenção do Estado na economia, que, como vimos, marcou fortemente o padrão de desenvolvimento dos países na América Latina e outras regiões.

Para os neoliberais, a intervenção do Estado na economia tende a gerar “comportamentos rentistas” (*rent-seeking behavior*), como a corrupção, reduzindo a eficiência e o dinamismo da economia. Esse postulado fundamenta-se no pressuposto de que a essência da relação entre Estado e sociedade baseia-se em trocas autointeressadas em uma estrutura de oportunidades e restrições (Buchanan, Tolisson e Tullock, 1980). Assim, as autoridades governamentais disputariam um recurso escasso (poder) buscando mobilizar possíveis apoiadores pela distribuição de privilégios (o que resultaria na contínua elevação dos gastos públicos). A distribuição de privilégios pelos agentes do Estado pode tomar a forma da criação artificial de escassez ou imposição de barreiras à expansão da oferta de mercado (ex.: medidas de restrição a importações, barreiras de entrada a novos produtores, reservas de mercado etc.). As oportunidades de ganho econômico dos apoiadores passariam a depender crescente-

17 Os fundamentos do neoliberalismo foram desenvolvidos durante longos períodos. Eles estão ligados a três fontes: os monetaristas como Milton Friedman, a escola de Chicago dos Estados Unidos e o Instituto de Assuntos Econômicos na Inglaterra, que argumentam que a inflação e o déficit fiscal derivam do gasto público excessivo, elevando a quantidade de dinheiro em circulação na economia; o liberalismo econômico clássico, como o representado por Friedrich von Hayek (que sublinhava a importância dos princípios econômicos clássicos de Adam Smith e David Ricardo), e ideias políticas e econômicas que sustentavam o *laissez-faire* e o individualismo (Peet e Hartwick, 1999).

mente desses privilégios de apropriação do excedente econômico (*rents*), tornando-se cada vez mais comprometidos com a manutenção dessa prática. Os altos retornos derivados da busca de lucros em atividades improdutivas acabam por dominar a vida econômica (Bhagwati, 1982).

O desenvolvimento dependeria, para os neoliberais, de se restituir a economia aos mercados, eliminando os controles burocráticos e reduzindo a esfera da atividade estatal na vida social. Claro está que este argumento tenta recuperar uma ideia central à economia política clássica: os agentes econômicos buscariam a maximização do lucro e, em condições de livre mercado, esse comportamento produziria a alocação mais eficiente dos recursos socialmente disponíveis (Smith, [1776] 1985; Lal, 1983; Bhagwati, 1982).

A ascensão dos países do Leste Asiático (sobretudo Coreia do Sul e Taiwan) foi entendida por diversos autores sob essa ótica, servindo como evidência empírica que corroborava as expectativas formuladas por essa teoria: impulsionadas por forças de mercado, tais economias teriam se “desenvolvido para fora”, integrando-se crescentemente aos mercados internacionais. Resultou daí a percepção de que o crescimento “orientado para fora” (*outward oriented*), impulsionado pelo mercado, era preferível ao crescimento “orientado para dentro” (*inward oriented*), cujo traço fundamental é o protecionismo estatal à produção industrial voltada para o mercado

interno (padrão típico aos países latino-americanos)¹⁸.

Essa concepção de desenvolvimento se materializou em um conjunto de recomendações (sintetizadas sob o termo *Consenso de Washington*) que orientaram políticas de “ajuste econômico” ou “reformas estruturais” em diversos países do Terceiro Mundo, especialmente na América Latina, no início da década de 1990. Havia na época uma crescente percepção (entre autoridades políticas, setores empresariais e parcelas da mídia) de que a estagnação econômica e o forte endividamento externo dos países da região haviam sido causados por um padrão de desenvolvimento fortemente controlado pelo Estado que resultou em estruturas industriais pouco competitivas e basicamente imitativas. As políticas neoliberais propunham um decidido fortalecimento do papel dos mercados na alocação de recursos (que implica uma ampla desregulação dos mercados), a redução do tamanho e das atribuições do Estado (por meio da privatização de empresas e serviços públicos), a adoção de medidas de liberalização do comércio exterior e dos movimentos internacionais de capital e o favorecimento do investimento direto estrangeiro.

A principal crítica a essa perspectiva se dirige ao determinismo subjacente à tese da convergência, que supõe que as “reformas estruturais” teriam por objetivo produzir arranjos institucionais ajustados à lógica do mercado, em resposta às mudanças ocorridas no capitalismo internacional (Haggard, 1995). É como se, nesse novo contexto, to-

18 Cf. Little (1979) e Ranis (1979). Para um resumo crítico das teses neoliberais sobre o crescimento econômico dessa região, ver Wade (1990, p. 52-72). Contrariamente às teses neoliberais, alguns estudos tentavam mostrar que o padrão de crescimento “orientado para fora”, que caracterizou a trajetória de desenvolvimento de países como Coreia do Sul e Taiwan a partir da década de 1960, não implicava ausência de intervenção estatal (Gereffi, 1990; Wade, 1990; Amsden, 1989). Para um exame da liberalização econômica na China, comparar Qian (2003), e Haung (2008).

dos os países tivessem que se adaptar às necessidades do mercado. Se, de fato, houver uma única direção que se possa escolher, a economia de livre mercado, e uma única maneira para se percorrer esse caminho, por meio da adoção de “boas políticas” e de “boas instituições”, então não faz mais sentido debater estratégias nacionais de desenvolvimento e, mesmo, a delimitação de um campo de estudos voltado a esse tema tornar-se-ia problemática (Sallum, 2000; Rodrik, 2007).

É ainda possível falar em estratégias nacionais de desenvolvimento?

Não obstante as limitações da perspectiva neoliberal anteriormente apontadas, é importante notar que ela chama atenção para um fenômeno de extrema relevância: as transformações no capitalismo mundial a partir do final da década de 1970 modificaram drasticamente as possibilidades de construção de estratégias nacionais de desenvolvimento (Stallings, 1995).

Os contornos de um “novo” contexto internacional do desenvolvimento surgem associados à desarticulação do regime de regulação de *Bretton Woods* – que dava ampla margem de manobra aos governos nacionais para definir políticas econômicas – a partir do final da década de 1970, a mudanças no sistema monetário internacional e, sobretudo, à intensificação dos fenômenos associados à globalização econômica. Tais fenômenos

são: (i) integração crescente dos mercados de bens e de capital; (ii) internacionalização da produção; (iii) maior influência das organizações multilaterais; (iv) especialização das economias nacionais em diferentes setores industriais ou mesmo em diferentes estágios da produção. Obviamente, esses fenômenos estão intimamente ligados: a liberalização dos fluxos de comércio exterior e dos investimentos, combinada com a revolução tecnológica (na microeletrônica, nas tecnologias de transporte, comunicação etc.), criou novas as oportunidades de atuação para as CTNs (companhias transnacionais), que reorganizaram suas atividades produtivas para além das fronteiras nacionais e integraram os sistemas de produção em nível global (Huber e Stephens, 2005).

Como o desenvolvimento pode ser concebido nesse novo contexto? Alguns estudos sugerem que, para se captar a dinâmica do desenvolvimento em um cenário internacional desse tipo, é essencial redirecionar o enfoque dos estudos do desenvolvimento para as *cadeias globais de mercadorias* [*global commodity chains*] e as posições nelas ocupadas pelas economias nacionais. Se ainda houver espaço para estratégias nacionais de desenvolvimento, elas devem ser pensadas a partir de posições dentro de tais cadeias de produção (Gereffi, 1994, 1995)¹⁹.

As cadeias globais de mercadorias são sistemas integrados de produção, desenvolvimento e distribuição de produtos e serviços que estão enraizados em redes orga-

19 De forma similar à perspectiva do sistema-mundo, a abordagem proposta por Gereffi e outros autores afirma que tomar as sociedades nacionais como unidades de análise é insuficiente para captar a dinâmica do desenvolvimento. Ao invés, essa abordagem sublinha a necessidade de se investigar a dinâmica do sistema mundial. Ao mesmo tempo, a concepção tripartite do sistema mundial proposta pela perspectiva do sistema-mundo (centro, semiperiferia e periferia) é vista como muito vaga para captar as características de integração de diferentes regiões e países à economia mundial. Para uma revisão dos principais trabalhos associados à perspectiva do sistema-mundo, ver So (1990, p. 169-260). Para uma visão crítica dessa perspectiva, ver Gereffi (1994).

nizacionais e institucionais que operam em escala transnacional (Gereffi, 1995, p. 113). As economias nacionais podem se vincular a elas por meio dos seguintes papéis (não mutuamente excludentes): (i) exportação de produtos primários; (ii) montagem de produtos para exportação (por meio das zonas de processamento de exportações); (iii) subcontratação para o fornecimento de peças e componentes; (iv) produção final de bens para empresas detentoras de marcas e patentes; (v) produção final de bens com marcas próprias.

Embora as companhias transnacionais ocupem um lugar central no processo de tomada de decisões nas cadeias globais de mercadorias, as sociedades nacionais ainda teriam certa autonomia para a construção de estratégias de desenvolvimento, buscando tipos mais vantajosos de integração da economia nacional às cadeias de produção. O maior desenvolvimento dos países do Leste Asiático (sobretudo Coreia do Sul e Taiwan), em comparação com países latino-americanos industrializados (Brasil e México), teria decorrido de políticas de desenvolvimento que impulsionaram tais economias a transitar dos três primeiros papéis para os dois últimos ao longo das décadas de 1960 e 1990, sobretudo nos nichos mais dinâmicos da cadeia de produção de tecnologias da informação: um elemento comum às políticas de desenvolvimento nessa região foi o forte apoio estatal a empresas de capital nacional (especialmente em setores econômicos estratégicos) de forma a contrabalançar o peso das CTNs na economia nacional e reduzir a dependência financeira e tecnológica em relação ao exterior (Gereffi, 1994)²⁰.

Outro aspecto pertinente do “novo” cenário internacional ressaltado por alguns estudos se refere à transformação do sistema financeiro internacional no último quarto do século passado. Na década de 1980, houve uma quase total interrupção do fluxo de crédito voluntário para países da América Latina e a concessão de crédito pelas agências multilaterais (como o FMI e o Banco Mundial) nesse período esteve frequentemente associada à adoção de reformas liberalizantes (os países em desenvolvimento do Leste Asiático não sofreram as mesmas restrições financeiras). O restabelecimento dos fluxos internacionais de crédito privado a partir da década de 1990 reduziu a dependência daqueles países em relação às agências multilaterais. No entanto, boa parte do capital de longo prazo nessa década foi redirecionada para os países do Leste Asiático, sob a forma de investimentos diretos, ou para o financiamento do processo de reestruturação industrial dos países desenvolvidos. Enquanto o ingresso de capital externo sob a forma de investimento direto está associado à transferência de tecnologia e ampliação do acesso aos mercados, o fluxo de capitais de curto prazo (que teve maior importância relativa para os países da América Latina) depende geralmente de condicionalidades “implícitas” de investidores privados e agências de *rating*, que associam o risco de investimento em um país à orientação macroeconômica predominante das políticas estatais (Stallings, 1990; Griffith-Jones e Stallings, 1995). Ademais, os capitais especulativos, de curto prazo, tendem a impor “sérias restrições às políticas monetária e cambial internas e, fundamentalmente, não criam condições

20 Ver também Amsden (2004, 2009).

para o financiamento dessas economias” (Goldenstein, 1994, p. 119).

Por fim, alguns estudos sublinham a emergência de formas supranacionais de ordenamento das atividades produtivas e financeiras, associada ao surgimento da Organização Mundial do Comércio (OMC) na década de 1990. A atuação da OMC é normatizada por três conjuntos de acordos que buscam regular o comércio internacional, os fluxos financeiros entre países e garantir a proteção da propriedade intelectual:

- *acordo sobre subsídios e medidas compensatórias*: proíbe subsídios vinculados ao desempenho exportador ou ao uso de insumos nacionais;
- *acordo sobre medidas de investimentos relacionadas ao comércio*: proíbe a imposição de exigências de desempenho ao IED (investimento estrangeiro direto) e a vinculação da concessão de benefícios à adoção de determinadas medidas pelas CTNs;
- *acordo sobre propriedade intelectual relacionada ao comércio*: impõe regras para a proteção da propriedade intelectual e direitos autorais.

Entre estudiosos do desenvolvimento, “há um consenso de que as regras existentes e propostas para a economia global estão restringindo os espaços políticos para o desenvolvimento em nações que mais necessitam de desenvolvimento” (Gallagher, 2005, p. 2; tradução própria). Quer dizer, as “novas regras do jogo” – incorporadas nos acordos da OMC – tenderiam a limitar a gama de instrumentos de política industrial que foram utilizados no passado pelos Estados nacionais na tentativa de alavancarem o desenvolvimento econômico (Chang, 2003, 2005). Entretanto, alguns autores sugerem que, nesse novo contexto, os Estados nacionais ainda

poderiam impulsionar o desenvolvimento por meio de subsídios à formação de *sistemas de inovação*, vistos como elementos centrais de uma estratégia mais vantajosa de integração da economia nacional aos mercados internacionais (Amsden, 2005, 2009; Lall, 2005; Arbix, 2007; Comin e Freire, 2009).

Considerações finais

Este artigo teve por objetivo delinear os principais confrontos no campo dos estudos do desenvolvimento. Vimos que as perspectivas de análise do desenvolvimento podem ser distinguidas sob três dimensões (conceito, teoria e estratégia) e que elas são frequentemente combinadas: as tentativas de explicar o desenvolvimento são acompanhadas da formulação de estratégias que visam aos objetivos associados a esse processo (crescimento econômico, melhoria do bem-estar social, ativação de grupos sociais etc.) (Martinussen, 2005). O enfoque deste artigo privilegiou a dimensão teórica, dando menor atenção às controvérsias em torno das estratégias políticas e das concepções de desenvolvimento.

O trabalho de construção teórica nos estudos do desenvolvimento raramente incorpora considerações metateóricas de forma sistemática, relacionadas com questões ontológicas e epistemológicas (natureza do objeto, como o objeto pode ser analisado etc.). Isso não necessariamente invalida os esforços teóricos para se conhecer a natureza e a dinâmica do processo de mudança social (reprodução social) associado ao desenvolvimento, mas certamente levanta algumas dúvidas em relação à consistência lógica e precisão dos instrumentos analíticos e conceituais (Martinussen, 2005, p. 345-346). É provável que certo ecletismo teórico resulte da falta de elaboração da dimensão metateórica.

Ao mesmo tempo, é possível notar que os estudos do desenvolvimento têm demons-

trado maior preocupação quanto (i) aos *componentes normativos* que influem em todas as etapas da pesquisa científica, quanto (ii) à *esfera de aplicabilidade* do aparato analítico-conceitual e quanto (iii) à *validade* das evidências produzidas.

Em relação ao primeiro ponto, diversos autores passaram a chamar atenção para o fato de que a definição de certos objetivos associados a uma concepção de desenvolvimento afeta não apenas a escolha da perspectiva teórica e a organização das evidências empíricas, como também influencia a formulação de estratégias. Assim, na década de 1970, surgiu um conjunto de estudos que defendiam concepções de desenvolvimento frequentemente negligenciadas pelo *mainstream* da literatura (desenvolvimento como ampliação das chances de vida de grupos vulneráveis, como elevação da capacidade de ação de grupos populares, desenvolvimento sustentável etc.) e propunham indicadores mais variados para medir bem-estar social e qualidade de vida (questionando a estreita associação entre desenvolvimento e crescimento econômico). Tais estudos sublinhavam, ainda, o impacto diferencial do processo de desenvolvimento sobre diversas categorias sociais (ex.: relações de gênero) (Seers, 1972; Rathgeber, 1990; Sen, 2005).

Quanto à esfera de *aplicabilidade* das teorias e de *validade* dos resultados empíricos, é igualmente possível notar inflexões importantes nos estudos do desenvolvimento. Inicialmente, tais estudos conduziam a análise em um nível bastante elevado de abstração e reivindicavam a universalidade de seus postulados teóricos (especialmente na teoria da modernização). Posteriormente, a análise do desenvolvimento ficou cada vez mais restrita aos chamados países do “Terceiro Mundo”, “periféricos” ou “subdesenvolvidos”, vistos como possuidores de traços estruturais peculiares que exigiam uma teorização específica capaz

de produzir resultados generalizáveis apenas nesse nível. Mais recentemente, o enfoque sobre as características similares a tais países foi substituído por uma ênfase sobre seus traços diferenciadores, tanto em termos das estruturas internas quanto em termos das formas de vinculação ao sistema político-econômico internacional. Quer dizer, a reivindicação de universalidade cedeu espaço ao enfoque sobre a peculiaridade do “mundo em desenvolvimento” e este, à ênfase sobre as variações regionais e locais. O enfoque regional ou local carrega o risco de fragmentação teórica que dificulta a comparabilidade das evidências.

Por fim, este artigo gostaria de sugerir um enfoque que incorpore as principais contribuições das perspectivas exploradas anteriormente. Como já sugerido por Polanyi (2000), toda economia de mercado supõe, para seu funcionamento, uma estrutura institucional e garantias legais que dependem do Estado. Seguindo essa trilha e incorporando avanços posteriores, pode-se dizer que o desenvolvimento é um processo *multidimensional e multifacetado* que supõe relações complexas entre o Estado, a economia e a sociedade. O desafio está em investigar os arranjos institucionais e estruturais que sustentam tais relações (tanto no plano interno quanto externo) e que determinam graus variados de autonomia e de capacidade dos Estados nacionais para imprimir um padrão específico ao processo de desenvolvimento. Quer dizer, os tipos de intervenção do Estado na economia e na vida social mais ampla e os instrumentos que utiliza nessa empreitada são determinados pelos arranjos institucionais existentes, dentro de limites estruturais associados, no plano interno, às relações de poder entre as classes e grupos sociais e, no plano externo, às formas de inserção das economias e sociedades nacionais no sistema mundial e às normas que regulam o comércio e investimentos entre os países.

Bibliografia

- ALMOND, G.; COLEMAN, J. (1960). *The politics of developing areas*. Princeton: Princeton University Press.
- AMSDEN, A. (1989). *Asia's next giant: South Korea and late industrialization*. Oxford: Oxford University Press.
- _____. (2009 [2004]). *A ascensão do "resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia*. São Paulo: Ed. Unesp.
- _____. (2004). "La sustitución de importaciones en las industrias de alta tecnología: Prebisch renace en Asia". *Revista de la CEPAL*, n. 82, p. 75-90.
- _____. (2005). "Promoting industry under WTO law". In: GALLAGHER, K. (org.). *Putting development first. The importance of policy space in the WTO and international financial institutions*. London; New York: ZED.
- ARBIX, G. (2007). *Inovar ou inovar*. São Paulo: Ed. Papagaio.
- BHAGWATI, J. (1982). "Direct unproductive profit-seeking (DUP) activities". *Journal of Political Economy*, v. 90, n. 3.
- BIELSCHOWSKY, R. (2000). "Cinquenta anos de pensamento da Cepal, uma resenha". In: *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- _____. (2000 [1988]). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BLACK, E. C. (1971 [1966]). *Dinâmica da modernização: estudo de história comparativa*. Rio de Janeiro: Apec.
- BUCHANAN, J.; TOLISSON, R.; TULLOCK, G. (1980). *Toward a theory of rent-seeking society*. Texas: Texas University Press.
- CARDOSO, F. H. (1972 [1964]). *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*. São Paulo: Difel.
- CARDOSO, F. H. (1977). "El consumo de la teoría de la dependencia en los Estados Unidos". Disponível em: <<http://aleph.academica.mx/jspui/handle/56789/6484>>.
- _____. (1982). "Da caracterização dos regimes autoritários na América Latina". In: COLLIER, D. (org.). *O novo autoritarismo na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. (1970). *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 7. ed. Rio de Janeiro: LTC.
- CEPAL (2000 [1949]). "Estudo econômico da América Latina". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- _____. (2000 [1990]). "Transformação produtiva com equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e do Caribe nos anos de 1990". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- CHANG, H. J. (2003). *Chutando a escada. A estratégia de desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: Ed. Unesp.
- _____. (2005). "Kicking away the ladder: 'good policies' and 'good institutions' in historical perspective". In: GALLAGHER, K. (org.). *Putting development first. The importance of policy space in the WTO and international financial institutions*. London; New York: ZED.
- CHENG, T. J. (1990). "Political regimes and development strategies: South Korea and Taiwan". In: GEREFFI, G.; WYMAN, D. *Manufacturing miracles. Paths of industrialization in Latin America and East Asia*. New Jersey: Princeton University Press.

- COMIN, A.; FREIRE, C. (2009). "Sobre a qualidade do desenvolvimento: atores, instituições e desenvolvimento local". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 84, p. 101-125.
- CUMINGS, B. (1979). *The origins of the Korean war*. Princeton: Princeton University Press.
- EVANS, P. (2004 [2001]). *Autonomia e parceria. Estados e transformação industrial*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ.
- _____. (2007). *Instituciones y desarrollo en la era de la globalización neoliberal*. Bogotá: ILSA.
- EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D.; SKOCPOL, T. (1985). *Bringing the State back in*. Cambridge: Cambridge University Press.
- FAJNZYLBER, F. (1983). *La industrialización trunca de América Latina*. México: Nueva Imagen.
- FRANK, A. G. (1966). "Desarrollo y el subdesarrollo". *Revista Desarrollo*, v. 1, n. 2.
- FURTADO, C. (2000 [1961]). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- _____. (1966). *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (1984). *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GALLAGHER, K. (2005). "Globalization and the Nation-State: reasserting policy autonomy for development". In: GALLAGHER, K. (org.). *Putting development first. The importance of policy space in the WTO and international financial institutions*. London; New York: ZED.
- GEREFFI, G. (1990). "Paths of industrialization". In: GEREFFI, G.; WYMAN, D. L. (orgs.). *Manufacturing miracles: paths of industrialization in Latin America and Asia*. Princeton: Princeton University Press.
- _____. (1994). "Rethinking development theory: insights from East Asia and Latin America". In: KINCAID, D.; PORTES, A. *Comparative National Development: society and economy in the new global order*. Chapel Hill; London: University of North Carolina Press.
- _____. (1995). "Global production systems and third world development". In: STALLINGS, B. (org.). *Global change, regional responses. The new international context of development*. New York: Cambridge University Press.
- GEREFFI, G.; FONDA, S. (1992). "Regional paths of development". *Annual Review of Sociology*, n. 18, p. 419-448.
- GERSCHENKRON, A. (1962). *Economic backwardness in historical perspective*. Cambridge: Belknap.
- GOLD, T. (1986). *State and Society in the Taiwan Miracle*. New York: M. E. Sharp.
- GOLDENSTEIN, L. (1994). *Repensando a dependência*. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra.
- GRIFFITH-JONES, S.; STALLINGS, B. (1995). "New global financial trends: implications for development". In: STALLINGS, B. (org.). *Global change, regional responses. The new international context of development*. New York: Cambridge University Press.
- HAGGARD, S. (1995). *Developing nations and the politics of global integration*. Washington DC: The Brookings Institution.
- HALL, P. (1986). *Governing the economy. The politics of State intervention in Britain and France*. New York; Oxford: Oxford University Press.
- HERRING, R. J. (1999). "Embedded particularism: India's failed developmental State". In: WOO-CUMINGS, M. (org.). *The developmental State*. Ithaca; London: Cornell University Press.

- HIRSCHMAN, A. (1958). *Strategy of economic development*. New Haven: Yale University Press.
- HUANG, Y. (2008). *Capitalism with Chinese characteristics. Entrepreneurship and the State*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUBER, H.; STEPHENS, J. (2005). State economic and social policy in global capitalism. In: JANOSKI, T. et al. *The handbook of Political Sociology: states, civil society and globalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- JOHNSON, C. (1982). *MITI and the Japanese miracle. The growth of industrial policy, 1925-1975*. California: Stanford University Press.
- _____. (1995). *Japan: who governs? The rise of developmental state*. New York: Norton & Company.
- _____. (1999). "The developmental State: odyssey of a concept". In: WOO-CUMINGS, M. (org.). *The developmental State*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- KERR, C. et al. (1963 [1960]). *Industrialismo e sociedade industrial: os problemas das relações entre os sindicatos dos trabalhadores e a gerência*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- LAL, D. (1983). *The poverty of development economics*. London: Institute of Economics Affairs.
- LALL, S. (1999). "Rethinking industrial strategy: the role of the State in the face of globalization". In: GALLAGHER, K. (org.). *Putting development first. The importance of policy space in the WTO and international financial institutions*. London; New York: ZED.
- LERNER, D. (1958). *The passing of traditional society: modernizing the Middle East*. New York: Free Press.
- LIPSET, S. M. (1970). *Elites in Latin America*. New York: Oxford University Press.
- LITTLE, I. (1979). "An economic reconnaissance". In: GALENSON, W. (org.). *Economic growth and structural change in Taiwan: the postwar experience of the Republic of China*. Ithaca: Cornell University Press.
- LORIAUX, M. (1999). "The French developmental State as myth and moral ambition". In: WOO-CUMINGS, M. (org.). *The developmental State*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- LOVE, J. (1990). "The origins of dependency analysis". *Journal of Latin American Studies*, v. 22, n. 1, p. 143-168.
- MARINI, R. (1977). *Dialéctica de la dependencia*. Cidade do México: Ediciones Era.
- MARTINUSSEN, J. (2005 [1995]). *State, market and society*. London; New York: ZED.
- PEET, R.; HARTWICK, E. (1999). *Theories of development*. London; New York: The Guilford Press.
- PEMPEL, T. J. (1999). "The developmental regime in a changing world economy". In: WOO-CUMINGS, M. (org.). *The developmental State*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- PINTO, A. (2000 [1970]). "Natureza e implicações da 'heterogeneidade estrutural'" na América Latina. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- _____. (2000 [1976]). "Notas sobre os estilos de desenvolvimento na América Latina". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- POLANYI, K. (2000 [1944]). *A grande transformação. As origens de nossa época*. Rio de Janeiro; São Paulo: Elsevier.
- PREBISCH, R. (2000 [1949]) "O desenvolvimento da América Latina e alguns de seus problemas principais". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.

- _____. (2000 [1952]). "Problemas teóricos e práticos do crescimento econômico". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- _____. (2000 [1963]). "Por uma dinâmica do desenvolvimento latino-americano". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- QIAN, J. (2003). "How reform worked in China". In: RODRIK, D. *In search of prosperity. Analytic narratives on economic growth*. New Jersey: Princeton University Press.
- RANIS, G. (1979). "Industrial development". In: GALENSON, W (org.). *Economic growth and structural change in Taiwan: the postwar experience of the Republic of China*. Ithaca: Cornell University Press.
- RATHGEBER, E. (1990). "WID, WAD, GAD: trends in research and practice". *Journal of Developing Areas*, v. 24, n. 4, p. 489-502.
- RODRIGUEZ, O. (2009). *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- RODRIK, D. (2007). *One economics, many recipes. Globalization, institutions and economic growth*. New Jersey: Princeton University Press.
- ROSTOW, W. W. (1960). *The stages of economic growth*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SALLUM, B. (2000). "Globalização e desenvolvimento: a estratégia brasileira nos anos 90". *Novos Estudos CEBRAP*, n. 58.
- _____. (2002). "Notas sobre o surgimento da Sociologia Política em São Paulo". *Política & Sociedade: Revista de Sociologia e Política*, Florianópolis, UFSC, v. 1, n. 1, p. 73-86.
- SANTOS, T. dos (2011 [1970]). "The structure of dependence". *American Economic Review*, v. 60, n. 2, p. 231-6.
- _____. (1972). *Socialismo o facismo*. Buenos Aires: Ed. Periferia.
- _____. (2000). *Teoria da dependência. Balanços e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SCHNEIDER, B. R. (1999). "The *desarrolista* State in Brazil and Mexico". In: WOO-CUMINGS, M. (org.). *The developmental State*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- SCHUMPETER, J. (1977 [1912]). *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre juros, capital, crédito e o ciclo econômico*. São Paulo: Nova Cultural.
- SEERS, D. (1972). "What are we trying to measure?" *Journal of development studies*, v. 8, n. 3, p. 21-36.
- SEN, A. (2005 [1999]). *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Ed. Schwarcz.
- SMELSER, N.; SWEDBERG, R. (1995). "The sociological perspective on the economy". In: SMELSER, N.; SWEDBERG, R. *Handbook of economic sociology*. New York: Princeton University Press.
- SMITH, A. (1985 [1776]). "A riqueza das nações. Investigação sobre sua causa e natureza". In: *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural.
- SO, A. (1990). *Social change and development – modernization, dependency and world-system theories*. Newbury Park: Sage.
- STALLINGS, B. (1990). "The role of foreign capital in economic development". In: GEREFFI, G.; WYMAN, D. (orgs.). *Manufacturing miracles: paths of industrialization in Latin America and Asia*. Princeton: Princeton University Press.

- _____. (1995). "Introduction: global change, regional response". In: STALLINGS, B. (org.). *Global change, regional response. The new international context of development*. New York: Cambridge University Press.
- SZTOMPKA, P. (2005). *A sociologia da mudança social*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SUNKEL, O. (2000 [1958]). "A inflação chilena: um enfoque heterodoxo". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- TAVARES, M. C. (2000 [1964]). "Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil" [1964]. In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- TAVARES, M. C.; SERRA, J. (2000 [1970]). "Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo do desenvolvimento no Brasil". In: BIELSCHOWSKY, R. *Cinquenta anos de pensamento na Cepal*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record.
- VALENZUELA, J.; VALENZUELA, A. (1978). Modernization and dependency: alternative perspectives in the study of Latin American development. *Comparative Politics*, v. 10, n. 4, p. 535-557.
- WADE, R. (1990). *Governing the market. Economic theory and the role of globalization in East Asian industrialization*. New Jersey: Princeton University Press.
- WEISS, L.; HOBSON, J. (1995). *State and economic development*. Cambridge: Policy Press.
- WOO-CUMNINGS, M. (1991). *Race to the Swift: State and finance in the Korean industrialization*. New York: Columbia University Press.
- _____. (1999). "Introduction. Chalmers Johnsons and the politics of nationalism and development". In: WOO-CUMINGS, M. *The developmental State*. Ithaca; London: Cornell University Press.
- ZYSMAN, J. (1983). *Governments, markets, and growth: financial systems and the policy of industrial change*. Ithaca: Cornell University Press.

Artigo recebido em 08/08/2012

Aprovado em 21/02/2013

Resumo

Revisitando os estudos do desenvolvimento

O objetivo do artigo é mapear o campo dos estudos do desenvolvimento, oferecendo uma visão sobre os confrontos entre as principais perspectivas de análise desse fenômeno que se constituíram a partir de meados do século passado, sobretudo nas Ciências Sociais. O enfoque se dirige para os diferentes modos de conceituar e explicar o processo de desenvolvimento e as diferentes estratégias de intervenção política para promovê-lo, segundo as perspectivas examinadas. A conclusão deste artigo sugere uma maneira de superar alguns dilemas dos debates revisitados.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Estruturalismo; Dependência; Estado; Modernização.

Abstract

Revisiting Development Studies

The article attempts to discuss the dilemmas and confrontations involved in the main approaches to the studies on development appeared in the middle of the last century, especially in the social sciences. Its principal concern is the investigation of the different ways of explaining and conceptualizing the process of development and the different strategies of political intervention in order to promote it. In its conclusion, the article suggests ways of overcoming some of the dilemmas in the debates revisited.

Keywords: Development; Structuralism; Dependency; State; Modernization.

Résumé

Une révision des études sur le développement

L'objectif de cet article est d'identifier le domaine des études sur le développement, en offrant un panorama sur les heurts entre les principales perspectives d'analyse de ce phénomène qui se sont constituées à partir du milieu du XXe siècle, surtout dans les Sciences Sociales. L'abordage se dirige vers les différents modes de conceptualiser et d'expliquer le processus de développement et les différentes stratégies d'intervention politique pour promouvoir cet abordage selon les perspectives étudiées. La conclusion de cet article suggère une façon de surmonter quelques dilemmes des débats revisités.

Mots-clés : Développement ; Structuralisme ; Dépendance ; État ; Modernisation.